

O estilo K na política externa argentina e o governo de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011)

The K style in Argentine foreign policy and the government of Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2011)

Vera Lucia Correa da Silva*

Meridiano 47 vol. 13, n. 129, jan.-fev. 2012 [p. 17 a 27]

O estilo K

Com a redemocratização na Argentina, em 1983, os governos justicialistas puderam novamente¹ ascender ao poder, não se forma linear, mas com uma frequência significativa. É o caso de Carlos Menem, que governou o país durante dez anos (1989-1999), de Eduardo Duhalde, que assumiu o governo, em 2002, em meio a uma crise sem precedentes, de Néstor Kirchner, eleito em 2003 com a promessa de recuperar o país da crise econômica e de governabilidade em que se encontrava. A eleição de Cristina Fernández de Kirchner, em 2007 e sua posterior reeleição em 2011, consolidaram uma nova etapa na política argentina denominada *kirchnerismo* ou estilo K.

O projeto político e econômico de Néstor Kirchner (e seguido por Cristina Fernández de Kirchner) teve forte influência do modelo peronista dos anos 1970 (o *'setentismo'*)² e do pensamento autonomista *puiguiano* (SIMONOFF, 2010, p. 409) que se fundamentou na análise da política externa argentina em relação à potência dominante (PUIG, 1988). Com um discurso eminentemente nacionalista, de fortalecimento do Estado e com base industrialista, o governo de Néstor Kirchner buscou diferenciar-se do modelo neoliberal da era *menemista*. Na política externa não foi diferente. Os pressupostos da Terceira Posição³ como a autonomia heterodoxa, o pragmatismo e o ideário continental (SILVA, 2011) estiveram presentes no discurso e na prática do governo de Néstor Kirchner.

Fazendo um retrospecto sobre tais pressupostos, observa-se que a experiência peronista dos anos 1940/50 y 1970 serviu de base para alguns estudiosos se dedicarem a analisar a política externa argentina. A principal contribuição teórica são as análises de Juan Carlos Puig (1988) sobre a política internacional argentina em relação

* Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, e Socióloga do Centro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CEDEP/UFRGS (vera.silva@ufrgs.br)

1 Nos anos anteriores os justicialistas estiveram no poder durante os governos de Juan Perón (1946-1955) e entre as gestões de 1973 e 1976 (MIRANDA, 2003, p. 99).

2 Nestor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner foram militantes da juventude de esquerda peronista nos anos 1970.

3 A Terceira Posição é a doutrina e prática das relações externas dos governos justicialistas. (SIMONOFF, p.1, 2008). Uma política externa autônoma que se originou na primeira etapa do governo de Perón (1946-1955) e tinha como pressuposto a superação da condição dependente e periférica dos países latino-americanos em relação às grandes potências. Para um estudo mais aprofundado sobre as diversas interpretações da Terceira Posição ver o Capítulo VI – La política exterior peronista (1946-1955), de Lucía Esposto e Juan Pablo Zabala. In: SIMONOFF, Alejandro (Comp.). *La Argentina y el mundo frente al bicentenario de la Revolución de Mayo: las relaciones exteriores argentinas desde la sección de España hasta la actualidad*. La Plata : Universidad Nacional de La Plata, 2010, 496 p. Ver também: *A política externa argentina (PEA) durante os governos justicialistas (Menem, Duhalde e Kirchner) e as relações com o Brasil*. (SILVA, 2011).

à potência dominante através de quatro categorias conceituais (dependência paracolonial, dependência nacional, *autonomia heterodoxa* e autonomia secessionista). Para esse autor, apesar da forte assimetria existente no âmbito das relações internacionais, é possível um país por em prática políticas e estratégias mais ou menos autonomizantes. Com o fim da Guerra Fria e o surgimento de novas configurações mundiais e regionais como a globalização, a democracia e a integração regional, autores como Russel e Tokatlian (2002) preocuparam-se em redefinir e adaptar o conceito de autonomia a essa nova realidade. Como alternativa esses autores propuseram, então, o conceito de “autonomia relacional” que, segundo eles, vai além das fronteiras nacionais e regionais e não mais se concentra no grau de preferência ou não, pelos Estados Unidos.

O *pragmatismo* teve sua origem durante a Guerra Fria. As relações que Perón manteve tanto com os Estados Unidos como com a União Soviética entre os anos de 1953 e 1955 fez com que se revertesse o nível dos conflitos que o país tinha com ambas as potências e através delas se buscou ampliar os espaços internacionais. Esta estratégia foi facilitada pela lógica do conflito bipolar e se transformou em um legado do justicialismo sendo uma das características de todas as suas gestões governamentais. (MIRANDA, 2003, p. 109).

Quanto ao *ideário continental*, credita-se à iniciativa de Perón, que em 1951 propôs a criação do “nuevo ABC”, uma reedição do Pacto ABC, encabeçado por Barão do Rio Branco, no início do século XX. Para Perón essa iniciativa representaria a unidade latino-americana, pois reuniria os países economicamente mais importantes da região, quebrando a regra do isolamento para com o continente. (CISNEROS A.; PIÑEIRO IÑÍGUEZ, C. 2002).

A retórica autonomista do governo de Néstor Kirchner em contraposição ao de alinhamento aos Estados Unidos denota uma tentativa de distanciar-se das políticas praticadas pelo governo de Menem. No seu discurso de posse há a preocupação em negar as alianças feitas anteriormente e sinalizar para um novo projeto político com características exclusivamente argentinas:

Pensamos el mundo en argentino, desde un modelo propio. Este proyecto nacional que expresamos, convoca a todos y cada uno de los ciudadanos argentinos y por encima y por fuera de los alineamientos partidarios a poner mano a la obra de este trabajo de refundar la patria (KIRCHNER, 2007)

Entretanto, o pragmatismo na renegociação da dívida externa demonstrou-se necessário para recuperar a imagem e credibilidade do país perante os organismos multilaterais e ao mesmo tempo ampliar os espaços internacionais perdidos com a crise econômica do governo anterior:

Una relación seria, amplia y madura con los Estados Unidos de América y los Estados que componen la Unión Europea, es lo que debe esperarse de nosotros, el estrechamiento de vínculos con otras naciones desarrolladas y con grandes naciones en desarrollo del Oriente lejano y una participación en pro de la paz y la obtención de consenso en ámbitos como la Organización de las Naciones Unidas para que efectivamente se comprometa con eficacia en la promoción del desarrollo social y económico ayudando al combate contra la pobreza (KIRCHNER, 2007).

O ideário continental, por sua vez, retoma suas origens e volta a fazer parte da agenda do governo de Néstor Kirchner através da aliança estratégica com o Brasil e pelo fortalecimento e ampliação do MERCOSUL:

EL MERCOSUR y la integración latinoamericana, deben ser parte de un verdadero proyecto político regional y nuestra alianza estratégica con el MERCOSUR, que debe profundizarse hacia otros aspectos institucionales que deben acompañar la integración económica, y ampliarse abarcando a nuevos miembros latinoamericano, se ubicará entre los primeros puntos de nuestra agenda regional (KIRCHNER, 2007).

Com a eleição de Cristina Fernández de Kirchner (2007), esse novo estilo de governar começa a tomar forma. O *kirchnerismo*, fenômeno reconhecido pela população, por intelectuais, pela imprensa e até mesmo pelo próprio governo estabelece-se como a nova versão justicialista do século XXI.

O governo de Cristina Fernández de Kirchner

Cristina Fernández de Kirchner assumiu o governo em 2007 com a missão de continuar o projeto desenvolvido por seu antecessor, Néstor Kirchner. Eleita com 45% dos votos, a representante da Frente para a Vitória (FPV)⁴ consolidou a liderança de seu grupo político no poder, mantendo-se à frente do Partido Justicialista (PJ), fragmentado desde as últimas eleições de 2001, quando concorreu com três candidatos (Carlos Menem, Néstor Kirchner e Adolfo Rodríguez Saá (ONUKI, p.22, 2008).

Fernández de Kirchner pareceu dar o tom à sua política externa quando visitou vários países durante a campanha eleitoral. Antes mesmo de sua posse foi ao Brasil e se encontrou com o presidente Lula e empresários locais. Visitou, ainda, a França, a Espanha, os Estados Unidos, a Venezuela e a Suíça. O pragmatismo em relação a questões específicas seguiu a tendência do governo anterior. Na primeira fase⁵ de seu governo os temas sobre terrorismo e direitos humanos estiveram em pauta confirmando o seu discurso de posse:

Hemos vivido los argentinos dos veces, en 1992 y 1994, los ataques del terrorismo global. La lucha en la que estamos comprometidos contra ese terrorismo tampoco nos debe llevar a justificar que por temor al terrorismo global incurramos en la violación global de los derechos humanos. No creo en esa ecuación. No lo creo por convicción y no lo creo por estrategia política en la lucha contra el terrorismo. Creo que, por el contrario, es una estrategia que abona y que es absolutamente funcional a los objetivos que ellos pretenden lograr. Por eso creo que es no solamente de gente sensible ante la condición humana, sino inteligente adoptar metodologías que precisamente no conlleven ningún tipo de violación a los derechos humanos (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007).

As críticas veladas à política unilateral de segurança⁶ praticada pelos Estados Unidos e o envolvimento do governo argentino na negociação da soltura dos reféns das Forças Armadas e Revolucionária da Colômbia (FARC)⁷ foram os primeiros sinais pragmáticos de seu governo: manter uma retórica autonomista junto com ações que pudessem recuperar o prestígio internacional do país.

A diversificação da pauta de exportações e a ampliação de mercados, assim como o pagamento da dívida externa, foram instrumentos utilizados para fortalecer o modelo industrialista também chamado pela presidente

4 A FPV foi fundada em 2003 para sustentar a candidatura de Néstor Kirchner

5 Simonoff (2010, p. 435) divide o período de 2007-2010 governado por Cristina Fernández de Kirchner em três fases: 1ª) de continuidade; 2ª) de paralisação e ajuste; 3ª) de aprofundamento da mudança.

6 Es imprescindible, colegas, que no ingrese en nuestra región la doctrina de la unilateralidad. Si nosotros admitimos la doctrina de unilateralidad, estaremos perdiendo un patrimonio de la política exterior latinoamericana que es exhibida como un logro en todos los foros internacionales. PALABRAS DE LA PRESIDENTA DE LA NACIÓN, DRA. CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER DURANTE LA XX CUMBRE DE JEFES DE ESTADO Y GOBIERNO DEL GRUPO DE RÍO, EN SANTO DOMINGO (07/03/2008) <<http://www.presidencia.gov.ar/discursos/3003>> Acesso em 18/10/2011.

7 Yo no creo en las casualidades y creo que esta oportunidad de estar estos dos días en París, ayer y hoy, ayer cuando recorrí las calles de París junto a miles de parisinos y parisinas que pedían la liberación de Ingrid Betancourt y de los otros detenidos por las FARC en Colombia, sentí como que estaba de alguna manera, más allá de mis convicciones personales en esta empresa, devolviendo aquí en París lo que fue la solidaridad de millones de franceses y francesas expresada en tantísimos comités de solidaridad con los exiliados argentinos y fundamentalmente en la condena al régimen que se instaló desde el 24 de marzo de 1976. PALABRAS DE LA PRESIDENTA DE LA NACIÓN, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, EN LA SEDE DE LA UNESCO (07/04/2008) <<http://www.presidencia.gov.ar/discursos/3027>> Acesso em 18/10/2011.

Cristina Fernández de Kirchner de “modelo de acumulação de matriz diversificada com inclusão social”. Esse modelo que havia iniciado em 2003 visava à recondução da Argentina no mundo, tarefa considerada recorrente durante todos os governos argentinos, justicialistas ou não. Fernández de Kirchner não fugiu à regra. O segredo de tal modelo, segundo a presidente, era a participação de três segmentos fundamentais da sociedade argentina: o Estado, o campo e a indústria:

Quiero poner entonces, en este nuevo modelo económico de matriz diversificada, de acumulación con inclusión social que se ha puesto en marcha la clave para los tiempos que vienen; un modelo que, reconoce en el trabajo, en la producción, en la industria, en la exportación, en el campo, la fuerza motriz que ha permitido que millones de argentinos vuelvan a recuperar no solo el trabajo, sino además las esperanzas y las ilusiones de que una vida mejor es posible. Creo que debemos superar ese tabú histórico que siempre hubo entre todos los argentinos de que si el modelo era la industria, de que si el modelo era el campo. Creo que podemos y lo estamos demostrando que en un modelo de acumulación campo e industria tienen sinergia. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007).

Contudo, a crise interna com o setor agropecuário⁸, em 2008, paralisou o governo e afetou inclusive a política externa do país fazendo com que a presidente cancelasse vários compromissos externos programados (SIMONOFF, 2010, p. 441). Ademais, essa crise colocou em cheque o modelo de inserção internacional proposto pelo governo que unia em torno dele setores historicamente antagônicos.

A relação bilateral do governo de Fernández Kirchner com os Estados Unidos esteve pautada por avanços e recuos, característica de um governo que elegeu duas estratégias difíceis de equacionar: a autonomia de um lado e o pragmatismo de outro. Ainda sob o governo republicano de George W. Bush, o caso da mala de dólares vinda da Venezuela⁹ foi um episódio que estremeceu as relações entre os dois países já no início do governo de Cristina Fernández de Kirchner. O possível envolvimento da Venezuela na campanha da presidente argentina trouxe à tona a estreita relação estabelecida entre os dois países durante o governo de Néstor Kirchner. A compra de títulos públicos após a moratória da dívida argentina transformou a Venezuela em um país chave para a recuperação econômica da Argentina e um assunto preocupante para os Estados Unidos que via nessa relação algo mais do que apenas relações econômicas.

Outro assunto que trouxe mais tensão às difíceis relações entre os dois países foi a tentativa de reativação da IV Frota Naval dos Estados Unidos, em julho de 2008, com o objetivo de realizar exercícios no limite das águas territoriais da América Latina e do Caribe. Em visita à Argentina na ocasião, o sub-secretario de Estado para o Hemisferio Occidental, Thomas Shannon, e o sub-secretario do Tesouro, Brian O. Neill tiveram que garantir a uma presidente enfática que “la armada no va a entrar en ningún río” y que “va a respetar los mares territoriales”¹⁰. Além da reação de desgosto da presidente argentina pela iniciativa unilateral de George W. Bush, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia) também foram contrários à intenção norte-americana. Apesar de os Estados Unidos darem a garantia de que suas embarcações somente seriam utilizadas em “operações de paz, de assistência humanitária e de socorro em caso de desastres naturais”, havia ainda a percepção conjunta de uma evidente ingerência na região.

8 A través da Resolução 125/08 o governo federal modificava o sistema de taxação das exportações agrícolas, que passaria a ser flutuante. O objetivo era acompanhar os preços no mercado internacional. A Resolução foi revogada após a sua rejeição por parte do Congresso.

9 A mala de dólares foi apreendida no aeroporto internacional de Buenos Aires junto com o empresário venezuelano-americano Antonini Wilson em um avião vindo da Venezuela. Os Estados Unidos teriam acusado a Venezuela de enviar dinheiro ilícito à campanha presidencial de Cristina. A situação se agravou porque o empresário foi para os Estados Unidos e lá permaneceu sem que tenha havido nenhuma acusação contra ele sobre o caso.

10 “La armada no entrará en ningún río”. La Nación, 11 de julio de 2008 <<http://www.lanacion.com.ar/1029208-la-armada-no-entrara-en-ningun-rio>> Acesso em 22/10/2011.

Com a ascensão do presidente Barack Obama, em 2009, criou-se a expectativa por parte do governo argentino de que a origem democrata do presidente eleito garantiria o aprofundamento da cooperação entre os dois países:

Las relaciones con Estados Unidos se encontraba en un impasse desde la última fase de la administración republicana – por cuestiones como el escándalo de las valijas de Antonini Wilson, los bonistas *houldout* y las demandas de empresas norteamericanas ante el CIADI –, con la llegada del demócrata Barak Obama se podría pensar en un nuevo rumbo. Sobre todo podría permitir una mayor vinculación entre las agendas en el plano multilateral. (SIMONOFF, 2010, p. 446)

Para a presidente Fernández de Kirchner, o governo Obama representava a ascensão do multilateralismo e o fim do unilateralismo e dos conflitos bilaterais da era Bush filho. Essa mudança viria corroborar com um dos eixos principais da política externa argentina:

[...] queremos en este mundo global también fijar nuestra posición en cuanto a una necesidad imperiosa, la reconstrucción del multilateralismo. Un mundo unilateral es un mundo más inseguro, más injusto (FENÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007)

Entretanto, em fevereiro de 2011, outro incidente diplomático abalou as relações bilaterais com os Estados Unidos. Foi o caso da apreensão de parte da carga de um avião militar das Forças Armadas dos Estados Unidos, que chegava com armamentos para treinar um grupo de elite da Polícia Federal argentina¹¹. O avião foi retido no aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires, pois as autoridades argentinas alegaram que havia itens não declarados na alfândega do país como armas, drogas, doses de morfina, GPS muito sofisticados, elementos tecnológicos e drogas médicas vencidas. A carga foi devolvida a Washington em junho de 2011. Tal episódio causou algumas especulações quanto à sua motivação. A principal delas teria sido o descontentamento por parte da Argentina por ter ficado de fora da visita que Barack Obama realizou pela América do Sul, em março de 2011¹², desmentida veementemente pelo chanceler Hector Timerman¹³.

Como aspecto positivo destaca-se a convergência em relação à defesa dos direitos humanos, à preservação da democracia e, no tocante à luta contra o terrorismo, a investigação judicial para os casos dos ataques à Embaixada de Israel e à AMIA¹⁴ em 1992 e 1994, respectivamente, recebeu o apoio norte-americano. Para os Estados Unidos significava cooperação à suas políticas e para a presidente argentina, reconhecimento e legitimação a seu governo.

Assim que foi reeleita, em outubro de 2011¹⁵, Cristina Fernández de Kirchner foi convidada por Barack Obama para uma reunião bilateral que ocorreria em Cannes, na ocasião da reunião dos chefes de estado do G-20,

11 Os exercícios conjuntos entre Washington e a Polícia Federal são realizados desde 2009. Segundo fontes oficiais, os Estados Unidos financiam este tipo de treinamento na maior parte dos países do Ocidente. As práticas incluem provas de tiro, simulação de resgate de sequestrados e técnicas na luta contra o terrorismo. <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/876860-argentina-quer-destruir-carga-de-aviao-dos-estados-unidos.shtml>> Acesso em 18/10/2011.

12 Relações entre Estados Unidos e Argentina pioram a cada dia – 25/03/2011 <<http://sul21.com.br/jornal/2011/03/relacoes-entre-estados-unidos-e-argentina-pioram-a-cada-dia/>> Acesso em 18/10/2011.

13 Argentina diz que EUA “mais do que amigas, têm interesses” – 28/01/2011 <<http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/argentina-diz-que-eua-mais-do-que-amigas-tem-interesses>> Acesso em 18/10/2011.

14 Associação Mutual Israelita Argentina.

15 Cristina Fernández de Kirchner foi reeleita, com 54,11% dos votos no primeiro turno, para mais quatro anos de mandato. Fernández de Kirchner ultrapassou o percentual obtido por Alfonsín, em 1983. A presidente eleita só foi superada por Juan Domingo Perón que em 1973 obteve 62% dos votos. Durante as Eleições Primárias, que ocorreram em agosto de 2011, com o objetivo de apontar os candidatos favoritos para concorrer à presidência do país, Fernández de Kirchner já havia obtido uma votação expressiva (50,2%). Os pré-candidatos precisavam obter um mínimo de 1,5% dos votos válidos para poder disputar o primeiro turno. Ricardo Alfonsín ficou em segundo lugar na preferência do eleitorado, com 12,4%, e Eduardo Duhalde ocupou a terceira posição logo atrás, com 12,1%.

em novembro de 2011. Tal gesto foi visto com muito entusiasmo por parte das autoridades argentinas, pois possibilitaria dirimir a imagem de um país visto como não cumpridor de seus compromissos internacionais. Além do mais, significaria o reconhecimento dos esforços realizados nos últimos anos em prol da recuperação econômica e social do país. Porém, logo após a reunião em Cannes, os Estados Unidos votaram contra um empréstimo¹⁶ solicitado pelo governo argentino ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alegando que empresas norte-americanas estariam acusando o governo argentino de não querer pagar dívidas decorrentes de sentenças judiciais perdidas.

Embora haja boas intenções por parte de Barack Obama e Cristina Fernández de Kirchner os conflitos entre os dois países ainda persistem em razão da percepção norte-americana sobre a pouca credibilidade internacional da Argentina. A crise do *default* em 2001 pode ter sido positiva para o país internamente, ajudando-o na recuperação econômica, porém lhe custou a imagem de um país inadimplente com seus credores. Nova imagem está sendo aos poucos construída pelo governo de Fernández de Kirchner e isso se deve muito aos resultados econômicos e sociais extremamente positivos comparados ao passado histórico do país de grandes crises econômicas, políticas e sociais.

Em que pese os problemas comerciais com o seu maior sócio, o primeiro destino internacional de Cristina Fernández de Kirchner foi o Brasil, em novembro de 2007, significando uma continuidade das relações estratégicas iniciadas pelo governo de Néstor Kirchner. O estilo mais caloroso e cordial de Fernández de Kirchner nas relações entre os dois países ocupou o lugar da frieza e da desconfiança existentes durante o mandato de Néstor Kirchner. O resultado se deu imediatamente, por meio da visita de Lula à Casa Rosada, em fevereiro de 2008. O principal objetivo foi a assinatura de um acordo de cooperação nuclear e de construção de usinas hidrelétricas binacionais. Em abril de 2009, a convite da presidente argentina, Lula visitou novamente o país. Na ocasião, os dois chefes de Estado reafirmam o compromisso bilateral através de trinta e quatro compromissos, dentre eles o avanço e a implementação do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil – Argentina¹⁷.

Entretanto, nem tudo são flores nas relações entre o Brasil e a Argentina. Em 2010, alegando acentuados déficits comerciais, o governo de Fernández de Kirchner aplicou licenças não automáticas a vários produtos vindo do Brasil e dos demais países membros do MERCOSUL. Durante a cúpula do bloco, em Assunção, houve protestos contra as medidas por parte de todos os sócios. Tais medidas continuaram em 2011, porém desta vez houve reação por parte do Brasil que retaliou o país vizinho congelando a importação de veículos argentinos. Para o empresário têxtil José Ignacio de Mendiguren, representante da União Industrial Argentina (UIA), que apóia as medidas, “a indústria argentina ainda não pode prescindir de mecanismos de proteção contra seus concorrentes” porque, segundo ele,

Nenhum outro país teve a volatilidade macroeconômica que vivemos, na Argentina, entre 1976 e 2001. Foi um período em que não só deixamos de crescer, como nos desindustrializamos. Tivemos oito modelos econômicos totalmente diferentes, e cada um deles terminava em grandes crises. Chegamos a ver cinco presidentes da República em dez dias, enquanto 18 moedas circulavam pelo país e decretava-se a maior moratória da história da humanidade. É nesse ambiente que tivemos que fazer negócios. (RITTNER, 2011).

16 “Los dos créditos a los que se opuso Estados Unidos representan 33 millones de dólares. El más chico de ellos, de 13 millones, será destinado a un programa de mejoras en el Ministerio de Economía, a cargo aún de Amado Boudou, el futuro vicepresidente. Y el otro servirá para financiar la construcción de centros logísticos en la provincia de Buenos Aires. Es que, a pesar del rechazo de Washington, los créditos fueron aprobados en el seno del BID gracias al voto de otros países”. Clarín, 09/11/2011 <http://www.clarin.com/politica/EEUU-califico-reunion-Cristina-reclamar_0_587941453.html> Acesso em 09/11/2011.

17 Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Argentina reafirma compromisso bilateral. *Revista Fator*. Abril de 2009. <http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=75259> Acesso em 30/08/2011.

A política regional continuou sendo prioritária para o governo de Cristina Fernández de Kirchner e o eixo principal inicialmente destacado foi a integração energética. Nos dois encontros com o presidente brasileiro o assunto energético esteve em pauta. Um dos alvos principais foi o de aumentar os investimentos da Petrobrás, estatal petrolífera brasileira, na Argentina. Em razão do incremento da atividade econômica dos últimos anos houve um elevado consumo de energia por parte das indústrias e também dos particulares na Argentina. Com isso, países produtores de gás e petróleo como a Bolívia¹⁸, o Brasil e a Venezuela¹⁹ se destacaram como principais parceiros da integração energética proposta por esse governo. Em janeiro de 2011, Cristina Fernández de Kirchner se encontrou em Buenos Aires com a presidente recém eleita do Brasil, Dilma Rousseff. No encontro as duas presidentes se comprometeram a acelerar a construção de duas usinas hidrelétricas (Garabi e Panambi, na bacia do rio Uruguai).

Uma equação regional que esteve em pauta já no início do governo de Fernández de Kirchner foi a articulação do MERCOSUL com o novo marco regional criado em 23 de maio de 2008, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A UNASUL, inicialmente denominada Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN)²⁰ foi motivo de controvérsias entre o Brasil e a Argentina durante o governo de Néstor Kirchner²¹. Os conflitos entre os dois países sobre o papel da nova instituição regional foram superados durante o governo de Cristina Fernández de Kirchner, resultando no apoio do Brasil à controversa candidatura do ex-presidente Néstor Kirchner à secretaria geral da UNASUL²². Os conflitos da Colômbia com o Equador e a Venezuela tomaram conta das discussões no âmbito da UNASUL, na qual o Brasil e a Argentina atuaram em consonância.

Na reunião do MERCOSUL, realizada em Montevideu, em dezembro de 2007, após assumir a presidência *pro tempore* do bloco, Cristina Fernández de Kirchner elencou algumas prioridades que marcariam sua passagem como presidente interina. Inicialmente apontou que haveria muitos interesses internos e externos desejando o fim do MERCOSUL, sendo esses interesses mais culturais do que econômicos, políticos ou sociais. Para superar os desafios da atual etapa do processo de integração Fernández de Kirchner cita quatro medidas importantes (algumas já bem conhecidas) para o aprofundamento do processo de integração: a integração produtiva, a integração física e de infra-estrutura, um novo Código Aduaneiro que acabaria com a dupla tributação e o ingresso da Venezuela no MERCOSUL:

[...] la integración productiva que presupone la construcción de cadenas de valor y, entonces, que los lazos entre los países no solamente sean de superar asimetrías, sino, esencialmente, de integración profunda. Creo que esta es una de las claves que nosotros tenemos que lograr;

18 Em Junho de 2011 foi inaugurado junto com a Bolívia o Gasoduto Juana Azurduy.

19 A ampliação do MERCOSUL, através da defesa do ingresso da Venezuela, estava alicerçada em dois eixos: a cooperação energética e a ampliação de mercados para as exportações argentinas.

20 A Comunidade Sul-americana de Nações (CSN) foi criada em Cusco, no Peru, no dia 8 de dezembro de 2004, por ocasião da III Reunião de Presidentes da América do Sul. O Brasil propunha a criação de um organismo que unisse o MERCOSUL e a Comunidade Andina. A CSN foi substituída em maio de 2008 pela União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), desta vez com total apoio da Argentina.

21 A importância atribuída ao MERCOSUL por parte do governo de Néstor Kirchner ia de encontro ao projeto brasileiro de estender a integração a toda América do Sul. O presidente argentino propunha um aprofundamento do MERCOSUL com vistas a reduzir as assimetrias entre seus estados membros em questões como investimento, balança comercial e coordenação de políticas industriais. A percepção de Kirchner sobre as intenções de liderança brasileira na América do Sul eram tão fortes que se refletiram na ausência do presidente na reunião que criou o organismo, em 2004, em Cuzco. (MIRANDA, 2005, p. 102). Segundo ele, o MERCOSUL significava para o Brasil uma espécie de trampolim que o impulsionaria ao papel de liderança regional. E essa nova estratégia brasileira afetava a política externa da Argentina que não via alternativa melhor do que sua integração internacional através do MERCOSUL.

22 Inicialmente a candidatura de Néstor Kirchner não encontrou unanimidade entre os países da região, principalmente por parte do Uruguai e do Peru. A candidatura de Kirchner tinha sido vetada em 2008 pelo então presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, que se desentendeu com o governo argentino em torno da instalação de uma fábrica de celulose na fronteira entre os dois países. Com a posse de José Mujica como presidente, no entanto, o país mudou de posição e apoiou Kirchner. <<http://oglobo.globo.com/mundo/unasul-nomeia-nestor-kirchner-secretario-geral->> Acesso em 20/10/2011.

El otro está dado en las obras de infraestructura, las obras físicas. Fundamentalmente esto no solamente tiene importancia en cuanto a dotar de infraestructura económica y social a nuestros países, sino también en la percepción más clara, más visible que tienen las sociedades ante las obras concretas.

[...] vamos a trabajar fuertemente en el tema del doble arancel. Sé que hay impedimentos de carácter legal y muchas veces cuestiones técnicas, pero espero que mi carácter de abogada me pueda ayudar con un buen Código Aduanero de modo tal que podamos eliminar definitivamente el doble arancel que realmente perjudica y no nos permite consagrarnos como una verdadera Unión Aduanera .

[...] la presencia de Venezuela en el MERCOSUR va a permitir configurar el cierre de la ecuación energética, clave, absolutamente clave, no solamente ya para la región, sino para el mundo en los tiempos que vienen y, por lo que uno puede mirar y por lo que uno puede prever a largo y a mediano plazo, también va a ser energía junto a alimentos [...] (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007)

Embora prioritária, a política regional foi afetada pela crise econômica e financeira internacional desencadeada em 2008. Assim, as reuniões no âmbito do MERCOSUL e da UNASUL estiveram pautadas por questões como a necessidade de coordenação econômica e proteção dos países membros frente à crise financeira internacional (SIMONOFF, 2010, p.448).

Outro assunto importante na agenda da política externa argentina e que envolve o Brasil e o MERCOSUL é a questão das Malvinas. Durante o governo de Cristina Fernández de Kirchner, houve continuidade da política de Néstor Kirchner de rechaço a “política de sedução” impressa pelo *menemismo* nos anos 1990. A opção foi o retorno das negociações no âmbito das Nações Unidas paralelo a busca por entendimentos bilaterais com a Grã-Bretanha. A Argentina recebeu apoio do Brasil, em 2010, depois da polêmica sobre a exploração por parte do Reino Unido do petróleo nas ilhas Malvinas. Durante a 39ª Cúpula do MERCOSUL, em agosto de 2011, os países membros, mais os associados Venezuela, Chile, Bolívia, Colômbia, Peru e Equador reiteraram o apoio à “legítima reivindicação” pela soberania das Ilhas Malvinas e seu interesse por uma rápida solução para o conflito com o Reino Unido. Em comunicado conjunto afirmaram que a solução deve estar em conformidade com as resoluções das Nações Unidas e as declarações dos foros regionais e multilaterais, rejeitando a adoção de qualquer medida unilateral²³.

A eleição de Dilma Rousseff no Brasil, em outubro de 2010, teve um significado importante para Cristina Fernández de Kirchner, pois as duas presidentes passaram a ter em comum um discurso semelhante no âmbito multilateral. Merece destaque a participação recente, em 21 de setembro de 2011, da presidente argentina na 66ª Assembléia das Nações Unidas. Fernández de Kirchner posicionou-se em sintonia com sua colega Dilma Rousseff, em relação a temas internacionais importantes como: o apoio ao ingresso da Palestina nas Nações Unidas²⁴, a defesa dos direitos humanos (uma bandeira que encontra eco na sociedade argentina), a preocupação com a crise dos países centrais e a regulamentação do mercado financeiro. A mesma sintonia aconteceu na 6ª Cúpula do G20, em Cannes, na França, que ocorreu em meados de novembro de 2011. O exemplo está no discurso afinado das duas presidentes em relação à crise financeira mundial e o apoio à proposta do presidente francês Nicolas Sarkozy, presidente de turno do G20, a respeito de uma taxa sobre as operações financeiras globais.

Ainda no âmbito multilateral, o ponto de divergência se dá a respeito da ampliação das cadeiras no Conselho de Segurança da ONU. Enquanto o Brasil se apresenta como candidato a uma vaga, a Argentina se posiciona contrária à ampliação do número de vagas permanentes e propõe a eliminação da categoria “membro permanente”

23 A questão das ilhas Malvinas foi novamente abordada pela presidente que citou as inúmeras deliberações, resoluções e declarações dos mais diversos organismos multilaterais e regionais demandando sobre a questão. Citou ainda o não cumprimento por parte da Grã Bretanha das resoluções da ONU a respeito do caso, utilizando seu poder de veto na condição de membro do Conselho da Segurança para esquivar-se do cumprimento das resoluções.

24 Em seu discurso na 66ª das Nações Unidas, Cristina F. Kirchner citou o reconhecimento do Estado Palestino pela Argentina e pela maioria dos países da América do Sul. <<http://www.voltairenet.org/Intervencion-de-Cristina-Fernandez,171482>> Acesso em 29/10/2011

e pelo fim do direito a veto²⁵. Essa divergência no âmbito multilateral pode interferir nas relações bilaterais e até mesmo dentro do espaço regional, criando impasses e constrangimentos com os demais países no âmbito do MERCOSUL e fora dele.

Após a morte inesperada de Néstor Kirchner, em outubro de 2010, houve uma correção de rumos, não somente na mudança de estilo, como também na composição do grupo de apoio à Cristina Fernández de Kirchner. O distanciamento do peronismo histórico em prol do novo grupo *La Cámpora*²⁶, liderado pelo filho da presidente, Máximo Kirchner, indica que o projeto político de Cristina tende a afastar-se do iniciado pelo seu marido, o qual era amplamente apoiado pelas alas tradicionais do Partido Justicialista. A escolha de Amado Boudou, ministro da Economia do país, para vice-presente na chapa da presidente Cristina Fernández de Kirchner nas eleições presidenciais que ocorreram em outubro de 2011, preterindo outros candidatos igualmente históricos dentro do Partido Justicialista, é outro sinal dessa mudança. Embora oriundo dos meios acadêmicos liberais da economia, Boudou aproximou-se, nos últimos anos, das ideias *kirchneristas* de maior participação do Estado na economia. Por outro lado, a substituição, pouco antes da morte de Néstor Kirchner, em junho de 2010, de Jorge Taiana²⁷, peronista histórico, por Héctor Timerman, ex-embaixador argentino nos EUA e considerado um “ortodoxo ultra-kirchnerista”²⁸ no Ministério das Relações Exteriores, deixa uma dúvida sobre se essa troca de chanceleres significaria uma nova orientação na política externa do governo de Cristina Fernández de Kirchner ou seria nada mais do que um aprofundamento do isolamento do Ministério das Relações Exteriores das principais decisões, iniciado por Néstor Kirchner.

Nesse sentido, não se pode afirmar que tais mudanças tenham ocorrido somente em decorrência da morte de Néstor Kirchner uma vez que o projeto político original *kirchnerista* já tinha pretensões de construir uma nova coalizão de poder sem a participação das estruturas tradicionais do Partido Justicialista. Francisco Corigliano (2011, p. 24) aponta que essa nova aliança poderia abarcar tanto os dissidentes do radicalismo como das esquerdas peronistas e não peronistas.

25 “Nosotros no compartimos la necesidad de ampliar los miembros permanentes, al contrario, creemos que es necesario eliminar la categoría de miembros permanentes y también eliminar el derecho de veto que impide realmente que este Consejo de Seguridad cumpla con la verdadera función que tuvo cuando fue pensado en un mundo bipolar, en donde era necesario el derecho de veto porque el mundo bipolar, el temor al holocausto nuclear, daba en ese derecho a veto de los miembros que lo integraban el equilibrio necesario para contemplar la seguridad de la humanidad; hoy ese equilibrio está roto y ese lugar permanente y ese derecho de veto no son para defender la seguridad o la estabilidad universal sino muchas veces para posicionamientos de los miembros que lo integran y que hacen ejercer su derecho”. FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner 66ª Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas. (21/09/2011). <<http://www.casarosada.gov.ar/discursos/25411-66o-asamblea-general-de-la-organizacion-de-las-naciones-unidas-discurso-de-la-presidenta-de-la-nacion>> Acesso em 12/10/2011.

26 La Cámpora foi fundada em 2003 por Máximo Kirchner quando seu pai, Nestor, era presidente da República da Argentina. O nome se dá em homenagem a Héctor José Cámpora, ex-presidente argentino que deteve breve mandato em função dos conflitos internos das Forças Armadas tendo como desfecho a renúncia daquele por falta de apoio político, sendo sucedido pelo general Juan Perón. Segundo relata o próprio site do movimento, esses eventos impressionaram de tal modo o então jovem Nestor Kirchner que diante da necessidade de um nome para a agrupação Máximo escolheu Cámpora enquanto patrono. Boletim Mundorama, 17/08/2011 <<http://mundorama.net/2011/08/17/la-campora-e-o-futuro-do-kirchnerismo-por-rafael-campos-soares-da-fonseca/>> Acesso em 23/08/2011.

27 Havia um descontentamento por parte de Jorge Taiana em relação aos rumos da política externa do país e pela interferência constante de outros setores, como a Secretaria de Comércio e o Ministério do Planejamento, nas questões que deveriam ser resolvidas através da chancelaria. In: Renunció Jorge Taiana y lo reemplaza Héctor Timerman, Página 12, 18/06/2010 <<http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-147874-2010-06-18.html>> Acesso em 22/10/2011.

28 “Héctor Timerman era kirchnerista. Depois, transformou-se em ortodoxo ultrakirchnerista.” Com essas palavras, o analista político Edgardo Alfano define o perfil do novo chanceler argentino. Outros analistas, no entanto, destacam que a fidelidade de Timerman poderia ser definida com o termo “cristinista”, já que sua lealdade é exclusivamente direcionada à presidente Cristina, mais do que ao ex-presidente Néstor Kirchner. Fontes diplomáticas afirmaram que Timerman – que tem fama de ambicioso – “possui linha direta com Cristina”. Nascido em 1953, exilou-se durante a ditadura. Morou nos EUA entre 1979 e 1997, especializando-se em relações internacionais na Universidade de Columbia. Timerman é o primeiro membro da comunidade judaica a chegar à chancelaria argentina. In: Héctor Timerman, Um ortodoxo kirchnerista. O Estado de São Paulo, 19/06/2010 <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,hector-timerman-um-ortodoxo-kirchnerista,568885,0.htm>> Acesso em 18/10/2011.

A característica mais evidente do modo de fazer política de Cristina Fernández de Kirchner e a que a faz diferenciar-se de Néstor Kirchner é a opção pelos movimentos juvenis e demais organizações sociais em detrimento das organizações políticas e sindicais tradicionais. Essa inflexão que teve início já em sua primeira gestão fez surgir o movimento chamado *cristinismo*²⁹, uma espécie de articulação de movimentos diversos, especialmente dos jovens, em torno da figura de Cristina, semelhante ao fenômeno que ocorreu com Evita nos anos 1950. O uso do luto, o discurso fortemente emocional e quase passional reforça ainda mais sua popularidade. Aliado a isso, o centralismo nas ações políticas levou os críticos a denominem seu governo de *hipercristinismo*³⁰, uma alusão ao chamado hiperpresidencialismo.

Na política externa há uma forte tendência na direção de uma diplomacia presidencial de alto perfil. A iniciativa de protagonizar críticas à crise financeira gerada pelos países desenvolvidos e de sugerir soluções com base na experiência recente e bem sucedida da Argentina, aliada à defesa incondicional dos direitos humanos, são alguns sinais dessa diplomacia. O mesmo acontece em relação à soberania das ilhas Malvinas, outro mote da agenda presidencial. Entre um discurso e outro realizado no âmbito de organismos multilaterais e regionais, Fernández de Kirchner procura sensibilizar os demais países à causa malvinense, suscitando reprovações internas tais como a chamada “hipermalvinização”³¹ da política externa do país.

A partir de 10 de dezembro de 2011, data de sua posse, a presidente argentina tem em mãos a oportunidade de aprofundar ou não o projeto político iniciado por Néstor Kirchner, em 2003. Mudanças aconteceram tanto no plano externo (crise financeira mundial) como no interno (morte de Néstor Kirchner). Há uma expectativa de limpar a agenda negativa com os Estados Unidos e de continuar o aprofundamento da relação estratégica com o Brasil, o MERCOSUL e a UNASUL, apesar da sombra recessiva que tem rondado os países emergentes do sul. Resta saber como se dará essa aritmética já que envolve cálculos de difícil equação.

Referências

- CISNEROS, Andrés; PIÑERO IÑIGUEZ, Carlos. *Del ABC al MERCOSUR: la integración latinoamericana en la doctrina y praxis del peronismo*. Buenos Aires: Nuevohacer, 2002. 603 p.
- CORIGLIANO, Francisco. La política exterior del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner: una típica política peronista ` del siglo XXI. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-27, 2011.
- FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. *Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner en la Asamblea Legislativa*. 10 de Diciembre de 2007. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.ar/discursos/2940>> Acesso em 12/10/2011.
- FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. *Palabras de la presidenta Cristina Fernández de Kirchner, en reunión del MERCOSUR realizada en montevideo, República Oriental del Uruguay*. 18 de Diciembre de 2007. Disponível em <<http://www.casariosada.gov.ar/discursos/2946>> Acesso em 12/10/2011
- FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. *Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner 66ª Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas*. 21 de Septiembre de 2011.

29 “El cristinismo se articula en torno a la Corriente Nacional de la Militancia que engloba al Movimiento Evita, el Frente Transversal, La Campora, Colina (de Alicia Kirchner), al Partido Comunista, a la Juventud Sindical, a Compromiso K, a Nueva Dirigencia, a intendentes “cristinistas” y la Juventud Sindical”. Infolatam, 16/03/2011 <<http://www.infolatam.com/2011/03/15/argentina-ni-peronismo-ni-kirchnerismo-solo-cristina/>> Acesso em 15/12/2011.

30 Ver: *Un poder absoluto y sin fusibles*, de Joaquın Morales Solı La Naciın, 07/12/2011 <<http://www.lanacion.com.ar/1430805-un-poder-absoluto-y-sin-fusibles>> Acesso em 07/12/2011.

31 *Una reforma del servicio exterior*, por Por Juan Gabriel Tokatlian, La Naciın, 06/12/2011 <<http://www.lanacion.com.ar/1430434-una-reforma-del-servicio-exterior>> Acesso em 11/12/2011.

- Disponível em < <http://www.casarosada.gov.ar/discursos/25411-66o-asamblea-general-de-la-organizacion-de-las-naciones-unidas-discurso-de-la-presidenta-de-la-nacion> > Acesso em 12/10/2011.
- KIRCHNER, Néstor. *Discurso del señor Presidente de la nación, doctor Néstor Kirchner, ante la honorable Asamblea Legislativa*. 01/03/2007. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.ar/discursos-2007/24414>> Acesso em 12/10/2011.
- MIRANDA, Roberto. Políticas Exteriores de la Argentina: entre la coherencia y el contexto. *Politikós*, nº 1 Instituto de Ciencia Política, Universidad Católica de Santa Fe. 2003.
- ONUKEI, Janina. A Nova Argentina e o Futuro da Integração. *PONTES entre Comércio e Desenvolvimento Sustentável*. Brasil, Volume 4, no. 1, p. 22-24, 2008.
- PUIG, Juan Carlos. Política Internacional Argentina. p. 19-45. In: PERINA, R.; RUSSEL, Roberto. *Argentina en el mundo (1973-1987)*. Buenos Aires: GEL, 1988.
- RITTNER, Daniel. Indústria argentina quer manter a proteção. *Valor Econômico*, Buenos Aires, 14/06/2011. Disponível em <<http://greenconsultores.blogspot.com/2011/06/industria-argentina-quer-manter.html>> Acesso em 18/10/2011.
- SILVA, Vera Lucia Correa da. *A política externa argentina (PEA) durante os governos justicialistas (Menem, Duhalde e Kirchner) e as relações com o Brasil*. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais – Governança Global e Novos Atores, Brasil, 2011. <http://www.abri.org.br/ena2011/index.php>
- SIMONOFF, Alejandro. La política exterior de los gobiernos kirchneristas y la Tercera Posición. *Intellector*, Rio de Janeiro, V. 5, n. 9, p. 1-20, jul/dic. 2008. Disponível em <www.revistaintellector.cenegri.org.br>. Acesso em outubro de 2010.
- SIMONOFF, Alejandro (Comp.). *La Argentina y el mundo frente al bicentenario de la Revolución de Mayo: las relaciones exteriores argentinas desde la sececión de España hasta la actualidad*. La Plata : Universidad Nacional de La Plata, 2010, 496 p.

Resumo

Este artigo tem como propósito analisar o estilo kirchnerista na política externa argentina tendo como foco principal a agenda do governo de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011) para os Estados Unidos, o Brasil e o MERCOSUL.

Abstract

This article aims to analyze the style *kirchnerista* in Argentina's foreign policy focusing on the main agenda of the government of Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2011) to the United States, Brazil and MERCOSUR.

Palavras-chave: Argentina; Cristina Fernández de Kirchner; Política Externa; Kirchnerismo

Keywords: Argentina; Cristina Fernandez de Kirchner; Foreign Policy; Kirchnerismo

Recebido em: 22/11/2011

Aprovado em: 19/12/2022